



## REDE ARAUCÁRIAS DE PESQUISA-FORMAÇÃO E AS DISPOSIÇÕES POTENCIAIS PARA A TRANSPOSIÇÃO DE FRONTEIRAS

### ARAUCÁRIAS RESEARCH-TRAINING NETWORK AND POTENTIAL PROVISIONS FOR TRANSPOSITION OF BORDERS

#### ARTIGO

#### Aloisio Ruscheinsky<sup>i</sup>

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS  
E-mail: [aloisioruscheinsky@gmail.com](mailto:aloisioruscheinsky@gmail.com)

#### Rosmarie Reinehr

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS  
E-mail: [rosereinehr@gmail.com](mailto:rosereinehr@gmail.com)

#### Daniela Vieira Costa Menezes

Secretaria Municipal de Educação - Novo Hamburgo/RS  
E-mail: [daniela.vieira.costa@gmail.com](mailto:daniela.vieira.costa@gmail.com)

#### Editor:

Dr. João Batista Lopes da Silva  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
e-mail: [revistaedu@unemat.br](mailto:revistaedu@unemat.br)

#### RESUMO:

A Rede Araucárias de Educação Ambiental atua sob a lógica dos enunciados de pesquisa-formação, suscitando empreendimentos que questionem o status quo no quesito das políticas ambientais. O texto tem como objetivo destacar os desafios no âmbito do processo de formação/pesquisa, com destaque à trajetória de atividades *on-line* nas quais foram abordadas dimensões para arraigar a Educação Ambiental como política pública. Nessa perspectiva, apresentamos os resultados de uma pesquisa juntamente com um processo formativo tendo como questão norteadora como os gestores municipais concebem uma inserção da educação ambiental frente aos desafios colocados nas práticas cotidianas. Ao longo das reflexões efetua-se a sistematização dos dados, com a análise dos resultados e apontamento de perspectivas diante do processo operado pela Rede pesquisada.

**Palavras-Chave:** Rede de conhecimentos. Educação ambiental. Extensão universitária. Práxis pedagógica.

#### ABSTRACT:

The Araucárias Environmental Education Network operates under the logic of research-training statements, encouraging enterprises that question the status quo in terms of environmental policies. The text aims to highlight the challenges within the training/research process, with emphasis on the trajectory of online activities in which dimensions to ingrain Environmental Education as a public policy were addressed. From this perspective, we present the research results together with a training process with the guiding question of how municipal managers conceive the insertion of environmental education in the face of the challenges posed in everyday practices. Throughout the reflections, the data is systematized, with the analysis of results and pointing out perspectives regarding the process operated by the researched Network.

**Keywords:** Knowledge network. Environmental education. University Extension. Pedagogical praxis.



## 1 INTRODUÇÃO

Convivemos com a (in)certeza de que as práticas educativas se fundamentam em perspectivas pedagógicas com foco na mudança da visão de mundo, do reconhecimento de hábitos culturais, atitudes pessoais e práticas sociais, capazes de engendrar competências e habilidades aptas a desafiar e confrontar a deteriorização da relação sociedade-natureza. A crise ambiental atual é representada pela voracidade da cultura de consumo, pela poluição múltipla, pela emergência climática e pelas incertezas quanto ao futuro da vida no planeta. Embora a legislação nacional estabeleça a responsabilidade do Estado e da sociedade civil na formulação de políticas comprometidas com a sustentabilidade socioambiental, a efetividade da Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA) enfrenta o desafio de retomar sua trajetória como contribuinte da expansão dos espaços educativos que provocam mudanças políticas, sociais e ambientais.

O panorama educacional ao final da segunda década do século XXI depara-se com um acentuado retrocesso das políticas socioambientais, configurando um ciclo de silenciamento no processo de ambientalização. Esse processo se agrava por um conjunto de mecanismos, entre eles o ocultamento da educação ambiental (EA) na Base Nacional Curricular Comum - BNCC (BEHREND; COUSIN; GALIAZZI, 2018), bem ao contrário de se propor transposição de fronteiras. Tal documento orienta os processos pedagógicos dos sistemas de ensino em solo brasileiro. Nessa posição, o silenciamento acerca das práticas atinentes à EA, construídas ao longo de décadas, combina-se com a subtração dos movimentos de articulação política de seus princípios e propostas, resultando na invisibilidade e no apagamento de documentos e práticas que constituem a história da EA brasileira.

Como evitar a banalização da noção de transversalidade na relação entre a ótica ambiental e o cotidiano das políticas e práticas educacionais, quando o documento orientador apresenta a EA diluída na adjetivação “sustentável”? Ainda mais quando se pressupõe o desenvolvimento de ações que se concebem como “sustentabilidade socioambiental”, resultando em competências e habilidades instruídas, sobretudo no componente de Ciências da Natureza. Assim, de forma deliberada, dilui-se a formação continuada e multiplicadora de docentes para compreender a complexidade dos nexos entre sociedade e natureza, bem como os efeitos adversos da cultura de consumo. Esse é um dos desafios dos gestores e docentes, aos quais compete a organização dos processos atinentes às Diretrizes Curriculares Municipais. No âmbito do processo de elaboração/formulação de diretrizes municipais de educação, é necessário discutir a implementação da EA como política pública no campo educacional.

A elaboração do texto tem como objetivo acompanhar e detalhar os percursos realizados pela Rede Araucárias com suas atividades de pesquisa-formativas junto às vivências de docentes, discentes e gestores dos municípios participantes da Rede Araucárias. Os cursos em questão constituem formas de organização e redes a partir de ênfases e estratégias de inovação socioambiental. Essas atividades visam gerar e fomentar informações e saberes pedagógicos relacionados às práticas de EA em diferentes redes de interfaces no âmbito municipal e regional. A interconexão de redes de formação/ação/gestão política é expressa por meio de encontros à distância organizados pelo grupo gestor e direcionados aos participantes dos projetos de extensão. Assim, se evidenciam as peculiaridades do engajamento e destacar os movimentos de ambientalização curricular<sup>1</sup> elaborados pelos participantes da Rede de pesquisa.

Nessa perspectiva, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que tem como questão norteadora o fomento à pesquisa em consonância com a formação continuada da Rede Araucárias de Educação Ambiental (doravante Rede Araucárias). O Grupo Gestor da Rede concebe uma inserção da EA diante dos desafios impostos pela implantação das BNCC, considerando avanços e retrocessos, consensos e dissensos, anúncios e silenciamentos são considerados. O currículo nas escolas não está dado, é, antes de tudo, um objeto em construção, com saberes que são parte do poder. Há saberes em disputa para a conformação do imaginário coletivo; por outro lado, existem perspectivas para formar sujeitos

---

<sup>1</sup> Sempre a partir de um olhar peculiar compreendemos “quais relações de poder fizeram emergir e sustentam determinadas práticas em ação no currículo, e não outras; escolher sobre quais facetas projetaremos luz e quais ficarão na escuridão” (TRAVERSINI e outros, 2018, p. 201), o que se inclui e se exclui da pauta do ensino.

inconformados, indignados e rebeldes diante dos desastres socioambientais.

A abordagem neste artigo apresenta uma análise com a compreensão de que os componentes relativos à temática ambiental podem ser integrados de forma inovadora em diferentes âmbitos das políticas públicas, inclusive nas práticas didático-pedagógicas. Essa análise se materializou mediante um estudo qualitativo e enfatizou um processo de transversalização da educação ambiental no território. Conforme Sorrentino e outros (2005, p. 287), “a urgente transformação social de que trata a EA visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade”.

Sendo assim, devido a uma cultura ou carência, pelo uso excessivo dos bens naturais, com a contaminação das fontes de água e do solo, sem esquecer das plantações de alta lucratividade que degradam o solo, bem como a fragilidade do saneamento básico nos núcleos urbanos, sobretudo pelo reconhecimento parcial dos processos de participação na formulação das políticas sociais/ambientais.

Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho desenvolve-se em dois movimentos, que envolvem o levantamento e a análise de registros da Rede Araucárias, em paralelo a um estudo bibliográfico que elenca os pressupostos teórico-metodológicos da análise. Desta forma, o desenrolar da pesquisa documental está acompanhado de uma ação colaborativa e integradora junto ao processo de construção de cursos de extensão com ênfase na pesquisa-formação de educação ambiental como estratégia de atuação do grupo gestor e no histórico da Rede Araucárias. Entre os dados coletados durante o processo formativo, destaca-se a inovação nas concepções de EA dos participantes dos cursos e as respectivas implicações nas práticas cotidianas e nos currículos constituídos nesses espaços. Outros aspectos dizem respeito ao relacionamento com os tempos de observação e às estratégias metodológicas para recolher as informações no processo intrínseco de questionar a situação ambiental do cotidiano.

Inicia-se com a apresentação do histórico da constituição e ações iniciais da Rede, com um detalhamento do contexto da pesquisa-formação do ano de 2021, abordando o objeto de análise deste trabalho, assim como a emergência de ações de pesquisa e extensão. Em seguida, efetua-se a sistematização dos dados, com a análise dos resultados e apontamento de perspectivas diante do processo operado pela Rede pesquisada. A aprendizagem social implica uma disseminação na rede dos municípios participantes, por meio da consolidação de currículos locais conectados com orientações nacionais.

Por fim, a investigação junto ao curso de formação/pesquisa requereu uma abordagem para o processo social em que se “ousa potencializar olhares epistemológicos plurais quando construídos no coletivo” (TRAVERSINI e outros, 2018, p. 196), como o caso de observar as questões ambientais por outros ângulos. Para tanto, os autores sugerem uma aproximação aos pontos de vista de cegueira epistemológica e à ótica da problematização das circunstâncias vivenciais cotidianas. Todos temos nosso imaginário e entendimento educado para a proximidade inevitável, ao mesmo tempo restringindo o que não se enquadra na visão de mundo.

Portanto, a cegueira epistemológica refere-se à parcialidade da visão de mundo no contexto da cultura de mercantilização de todas as coisas, da adesão às formas de consumo, entre outros aspectos, e como tais perspectivas são sempre parciais ou resultam de experiências coletivas e singulares. Propor uma atividade formativa ao mesmo tempo investigativa encoraja a questionar o tipo de leitura da realidade ambiental e a consolidar dados junto às práticas educadoras. O debate promovido pelo curso possibilitou uma aproximação com perspectivas inovadoras tendo em vista o potente e desafiante processo de pesquisar o significado dos bens ambientais no cotidiano. Não por último, traça-se uma referência às interseções entre bens ambientais e nossas formas peculiares de colonização e mercantilização.

## **2 APRENDIZAGEM SOCIAL NA REDE ARAUCÁRIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

As origens da Rede Araucárias decorrem de pesquisas com o intuito de identificar grupos, atores e redes com práticas concernentes ao campo da Educação Ambiental, bem como a deliberação em participar na formulação das políticas ambientais locais. Assim, consolidou-se um mapeamento de redes e micro-redes instituídas e/ou em articulação com

outras já estabelecidas. Os resultados apresentaram um quadro-referência multissetorial, no qual parte dos participantes apontou para o efêmero reconhecimento social em face da atuação dos conselhos municipais (Ambiente, Educação, Agricultura), sua composição e as formas possíveis de participação. Em outra dimensão, também foram destacadas prioridades para a EA: políticas ambientais, plano diretor municipal, uso de agrotóxicos, formação de docentes e saneamento básico, coleta e tratamento de resíduos. Em suma, isso pode revelar uma insatisfação com a inexistência do tratamento sanitário como item básico de saúde. Nessas atividades, também se pode forjar a reciclagem das noções em Educação Ambiental e que suas práticas não sejam residuais (LAYRARGUES; TORRES, 2022). Por um lado, os participantes endossaram a relevância da EA nos espaços formais e informais, porém sem uma inserção efetiva em programas e/ou projetos relacionados à temática. A aprendizagem social tem como premissa a capacidade reflexiva, o diálogo entre os atores, a ação-reflexão-ação e o aprendizado engajado no coletivo.

As visões trazidas ao debate representam uma oportunidade para incorporar ou gerar uma cultura atenta às mudanças climáticas, às interações socioambientais e à gestão dos sistemas de riscos. Para isso, é necessário incorporar na estratégia educacional e de pesquisa uma visão transdisciplinar, mediante a construção coletiva da coleta de dados com todos os atores envolvidos, a seleção da perspectiva teórica-metodológica e a geração de conhecimentos. Vale destacar que a negociação entre diferentes atores socioambientais possui uma conotação assimétrica. Para estabelecer as bases sócio-técnicas das práticas sustentáveis, há uma demanda da capacidade de negociação visando estabelecer pactos. As interfaces entre os atores nas atividades fundamentam-se na discussão para a deliberação sobre temas de consenso, com ênfase na difusão de conhecimentos e na participação informada na construção das decisões.

O desencadeamento de projetos, gradativamente, incorporou novos objetivos, atores e processos. Em 2017, realizou-se o primeiro evento regional, reunindo os respondentes da pesquisa geradora, sob o título de “1º Encontro Estadual Educação e Ambiente: Temas Transversais em Redes Ambientais”, coincidindo com a 1ª Mostra Observa Campos, da UERGS. Conjuntamente com outros eventos subsequentes, foram gerados *e-books* destacando um panorama abrangente das ações de EA na região.

A programação de extensão da Rede Araucárias, em 2018, foi vinculada ao projeto de pesquisa “Atores e Redes Formativas em Perspectiva da (Re)Formulação de Políticas Socioambientais, no âmbito do PPGAS/UERGS, com início de desdobramentos em pesquisas de mestrado, especialização e graduação. A referida atividade conheceu sucessivos anos de implementação e potencializou o tripé da universidade pública ao integrar a pesquisa acadêmica com o ensino na graduação e pós-graduação, além de promover ações de extensão no campo da formação docente com a transposição de margens e fronteiras.

Trata-se de um projeto guarda-chuva, com um conjunto de ações de formação interdisciplinar - pesquisa, ensino, extensão - relativas a movimentos de ação na governança de projetos no âmbito educacional/ambiental, gerenciados na interlocução entre e ambiente ou ecossistema e práticas pedagógicas, entendendo-as como aprendizagem social no cotidiano (BIASOLI; SORRENTINO, 2018). Fundamenta-se nos conceitos de pesquisa-formação e ambientalização, referentes ao conjunto de ações instituídas em gêneros e graus diferenciados, focadas pela compreensão e/ou criação de requisitos socioambientais com o intuito de (re)formular políticas públicas ambientais no âmbito local, sem desconsiderar espaços e condicionantes regionais/nacionais.

As atividades de extensão das universidades, como no caso da UERGS, envolvendo graduandos e público externo, estão convidadas para traduzir a temática ambiental como algo contínuo. Isso pode ser visto como ambientalização dos cursos ou atividades diversas, ou como curricularização da extensão. A extensão se presta a institucionalizar a educação ambiental, como perspectiva de conhecer as mudanças climáticas e a crise ecológica.

**Quadro 1: Histórico Formativo da Rede Araucárias de Educação Ambiental**

Edição	Ano	Cursos de extensão
1	2018	EA e Práticas Curriculares em Educação Infantil
2	2019	Saberes Ambientais, Pedagogias e Políticas do Cotidiano
3	2020	Cotidianos da Gestão e ensino em Redes de EA
4	2021	Cotidianos da Pesquisa-Formação em Redes de Educação Ambiental como estratégia de Inovação Social
5	2022	Diretrizes curriculares municipais: Educação Ambiental e os Currículos Menores
6	2023	Subsídios para a Elaboração de Indicadores de Monitoramento de Políticas Públicas de EA: ênfase nas diretrizes curriculares municipais de educação ambiental

**Fonte:** Autores com informações do site da Rede Araucárias.

No quadro 1 destaca-se uma evolução temática e conceitual diante das escolhas incorporadas para as ações formativas da Rede Araucárias. A cada edição, a proposta da pesquisa-formação como prática reflexiva e crítica, enquanto ação colaborativa, participante e coletiva (Longarezi; Silva, 2013), foi reformulada em um encadeamento coerente com os movimentos políticos e pedagógicos, sobretudo no que se refere aos processos de ambientalização. Nesses processos, fica evidenciado a dimensão paradoxal entre consenso e conflito, entre saber e poder, entre igualdade e diferença, entre outras.

Com a abrangência de um conjunto de redes municipais de ensino, dentro de uma territorialidade específica do estado do Rio Grande do Sul (Campos de Cima da Serra e parte do Vale do Rio dos Sinos), a Rede Araucárias propõe inserir a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul - UERGS nos movimentos de educação ambiental curricular em processo. Os municípios participantes têm na Rede citada um espaço formativo-investigativo para qualificar a participação político-pedagógica, desde o planejamento até a construção de políticas públicas locais.

Tendo tal prisma no eixo das pretensões, o curso de extensão/formação de 2018, “Educação Ambiental em Formação ....” (Edital UERGS-PROEX 02/2017), teve como objetivo incentivar novas vivências. Estas baseiam-se na formação de educadores ambientais, para o que requerem a geração e o fomento de conhecimentos e saberes pedagógicos e políticos, além de incidir sobre as dimensões participativa, continuada e multiplicadora. Nesse ínterim, o vínculo com práticas e projetos de EA instituídos em/por diferentes redes e espaços de atuação da sociedade envolve docentes, discentes, gestores, ambientalistas, pesquisadores e atores comunitários. Na sequência, o projeto “Educação Ambiental em Formação: Atores e Práticas da Araucárias - Rede de Educação Ambiental dos Campos de Cima da Serra e Hortênsias/RS (2019-2020): Saberes Ambientais, Pedagogias e Políticas do Cotidiano”. No ano de 2020, a Edição III do projeto teve como foco os “Cotidianos da Gestão e Ensino em Redes de Educação Ambiental”, apontando para uma proposta de ampliação territorial. Nucleiam-se agentes municipais e regionais em torno da edição nos moldes de pesquisa-formação e agregando para inquirir sobre a permanência(s) e ausência(s) da EA nas diretrizes de municípios participantes da Rede Araucárias (EDITAL PROPPG-UERGS- 01/2019).

As diretrizes curriculares municipais na área da educação ambiental, como um currículo menor, ganharam preferência em 2022 na rede Araucárias. A temática emergiu da convicção e da constatação de que os docentes da rede de ensino não podem encaminhar suas práticas pedagógicas alheias à discussão das diretrizes da EA. A gravidade delineada pela questão ambiental requer mais do que uma inserção de conhecimentos pontuais, ou do estritamente mensurável pelo sistema de avaliação.

No ano de 2023, o acento do processo formativo tomou como foco “subsídios para a elaboração de Indicadores de monitoramento de políticas públicas de EA: ênfase nas diretrizes curriculares municipais de educação ambiental”. A iniciativa tinha como propósito subsidiar o processo de planejamento, delimitação, adoção, monitoramento e avaliação das políticas públicas de EA junto às agências governamentais e atores socioambientais. No campo dos indicadores de EA apontamos avanços, limitações e legitimação social. A trajetória aqui apresentada trouxe alguns aprendizados para além do pretendido. Assim como não há jornalismo isento e independente, a educação ambiental possui um compromisso político e ético. Além disso, tudo que é sólido se desmancha no ar, ou seja, naufragou ou esvaneceu o dogma de uma ciência imaculada com uma construção da neutralidade, seja nos cogumelos

atômicos, seja nos tantos desastres socioambientais ocorridos nas décadas do século XXI no Brasil.

Na educação ambiental e na promoção de cursos de formação pela Rede Araucárias, situa-se o desafio das redes digitais, com as quais todos nós interagimos. Informação e desinformação, ou formação a partir de opiniões de seus pares e a capacidade de divulgar qualquer ideia, tornam essas ferramentas digitais em que cada um assume um papel protagonista. A perspectiva de uma vida sustentável, pela qual a educação ambiental devota suas atividades, mesmo com o uso das tecnologias digitais, é também a contestação de manipulação pelas sofisticadas tecnologias. A condição de cidadãos/ãs em hipótese alguma pode ser reduzida à condição de meros consumidores de objetos, imagens, desejos e visões de mundo.

### 3 A PESQUISA-FORMAÇÃO: PERCURSOS DA REDE EM FRONTEIRAS

Na caminhada do tripé de Ensino-Pesquisa-Extensão, como expressão do/no cotidiano (Biasoli; Sorrentino, 2018), a formação docente encontra espaço para práticas com características teórico-metodológicas, envolvendo a construção de dados para interpretar a complexidade e as contradições da realidade socioambiental. A proposta de pesquisa-formação, de acordo com Longarezi e Silva (2013), pressupõe o desenvolvimento profissional com o envolvimento ativo dos sujeitos no processo de investigação, visando à implementação de uma proposta desenvolvida no coletivo. Entende-se que o teor das práticas pedagógicas assume o cotidiano ao mesmo tempo em que o torna político (Biasoli; Brianezi; Sorrentino, 2015), considerando os contextos aos quais os atores do processo educativo estão inseridos.

Considerando “um processo de inovação que realiza mudanças no currículo através de intervenções que visam integrar temas socioambientais aos seus conteúdos e práticas” (Kitzmann; Asmus, 2012, p. 270), compreende-se que a inserção de temas socioambientais envolve processos de institucionalização de propostas político-pedagógicas. Esta tentativa de inovação repercute em consonância com o que está previsto na PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental) (BRASIL, 1999). Entretanto, as descontinuidades das políticas públicas para a educação ambiental acabaram por interromper a construção de conhecimentos para a conformação de valores sociais de sustentabilidade e qualidade emancipada de vida.

O enfoque de 2021 detalha os “cotidianos da pesquisa-formação curricular em redes de educação ambiental como estratégia de inovação social” (Edital PROBEX/UERGS, 2021). A edição nos moldes de perspectiva construtivista desenvolve-se em integração ao projeto de pesquisa “Permanência(s) da Educação Ambiental nas Diretrizes Curriculares dos municípios participantes da Rede Araucárias<sup>2</sup>”, com o objetivo de conhecer como as políticas irradiadas pela PNEA se desdobram ou não diante das modificações propostas pela BNCC junto aos Sistemas Municipais de Educação. Em síntese, se pretendia cotejar as políticas irradiadas pela PNEA com o que se descortina via BNCC e a sua repercussão local<sup>3</sup>.

O vínculo da Rede Araucárias a uma universidade pública possibilitou a institucionalização das parcerias com os municípios, por meio das secretarias de educação. Além do cronograma do curso, definição de temáticas e escolha de convidados, o Grupo Gestor foi responsável pelo encaminhamento de propostas relacionadas aos processos em redes. Como consequência, emergiu a organização de Grupos de Trabalho que contemplaram aspectos pertinentes à diversidade percebida nos encontros síncronos. Na abordagem de temáticas, consolida-se uma vertente político-pedagógica em rede, que oferece uma base científica e afetiva para a elaboração de políticas públicas nas redes participantes, promovendo inovação no enfrentamento de esvaziamentos e descontinuidades das ações nacionais no período de 2017 a 2022. Antes ainda, vale destacar os movimentos paralelos da Rede Araucárias no cenário regional da Educação Ambiental, com sua inserção na Rede de

<sup>2</sup> EDITAL PROPPG – UERGS /01/2021, Seguindo o histórico dos eventos na pesquisa-formação, ao final do ano de 2021 o Grupo Gestor deu início aos preparativos do - I Seminário Nacional Araucárias Em Redes De Educação Ambiental - realizado no período e 10/11 a 01/12/22, disponível em <https://www.even3.com.br/1seminario-rede-araucarias/>, cujos anais passaram por um processo de editoração e em seguida publicados.

<sup>3</sup> Os municípios participantes da Rede Araucárias em 2021 são: Cambará do Sul, Canela, Gramado, São Francisco de Paula, Taquara, Parobé, Novo Hamburgo e São Leopoldo.

Educação Ambiental do Sul (REASUL) com 20 (vinte) anos de participação ativa nas discussões e ações socioambientais. A partir da noção da cegueira epistemológica (Traversini et al., 2018), a rede busca refletir sobre os limites e alcances para ver, ouvir e interpretar a agonística do planeta. A presença e o diálogo com outros envolvidos na mesma atividade acadêmica auxiliam a perceber e sistematizar os dados para a compreensão daquilo que as pessoas sozinhas não operam.

O conteúdo desenvolvido permite intuir a construção de um banco de dados em cada Secretaria Municipal de Educação e do Meio Ambiente, adotando um formato colaborativo (SILVA; LAYRARGUES, 2023), quanto à realidade e ações ambientais. Aos educadores ambientais cabe compreender continuidades e descontinuidades em projetos de educação ambiental, razão pela qual tornam-se ainda mais relevantes um banco de dados de projetos e políticas em ação. Além da estrutura mencionada acima, o cronograma da pesquisa-formação contou com outras ações formativas, integradas a partir de parcerias. Para tanto, ampliou-se a proposta de Conversas em Rede, com a oferta de palestras, minicursos e oficinas.

**Quadro 2 - Programa e Participantes - Edição 4 ano 2021**

LIVES via <i>You Tube</i>		Participação nas Lives	Participação presencial
10/06	Educação Ambiental na Região Sul: desafios históricos e atuais	627	99
01/07	Educação Ambiental: Infâncias, livre brincar, desemparedamento e decolonialidade	1.402	296
19/08	Aprendizagem social e ampliação de Comunidades de práticas para a sustentabilidade	208	55
07/10	Políticas Públicas de Juventude e Meio Ambiente: perspectivas para a EA	146	40
11/12	Educação Ambiental Popular e a justiça ambiental na América Latina	223	43
TOTALIS		2.606	533

**Fonte:** Compilação dos Autores, a partir do <https://sites.google.com/view/redearauarias/eventos-e-edi%C3%A7%C3%B5es/2021>

O foco está nas ações planejadas pelo Grupo Gestor, considerando os desdobramentos para os processos locais. A ampliação da visibilidade social do curso (quadro 2) é resultado do potencial de transposição de fronteiras arraigadas, de capilaridade da Rede Araucárias e do campo da Educação Ambiental Crítica, aliados à visibilidade da inserção da pesquisa-formação nas Redes Sociais e do momento pandêmico. As atividades revelaram formas particulares de visão e de ação no ambiente e pretensão de inovações e transformações (Longarezi; Silva, 2013).

Os grupos de trabalho definiram a *Live*, visando um resgate teórico-conceitual dentro dos objetivos propostos. Em outro momento, ocorreu um debate sobre práticas regionais (via Meet), com convidados que compartilharam suas experiências de participação na rede de EA em ação na educação básica. Num terceiro momento, foi realizada a atividade Conversas em Rede, que complementou o debate de conceitos e experiências.

#### 4 A COMPOSIÇÃO DE VEREDAS INOVADORAS, PECULIARES E SETORIAIS

O delineamento de cada prática pedagógica considerou a perspectiva da Rede Araucárias como um coletivo, posicionando-se diante das fragilidades da Educação Ambiental frente às políticas públicas para a educação. Nesse sentido, destacam-se, entre as discussões empreendidas, alguns aspectos do atual contexto político-pedagógico para a temática ambiental: fragilidades nas transições das ações socioambientais entre as modalidades da educação básica; tendência a ações socioambientais desconectadas de práticas pedagógicas e das comunidades que circundam o território escolar; e descontinuidade ou hiatos nas propostas de gestão em nível nacional, estadual, municipal e escolar. Os cursos de extensão, como formação a gestores e educadores sob temáticas diversificadas, abordaram aspectos da educação ambiental, interdisciplinar e transversal, de modo participativo e democrático, com

objetivo de estimular a mobilização coletiva e ampliar as estratégias de engajamento por uma vida sustentável.

A composição de abordagens inovadoras para ampliar a aprendizagem ambiental enfrenta desafios peculiares quanto ao encantamento pela causa, bem como avanços setoriais ao lado de retrocessos ou silenciamentos, consensos e dissensos (SILVA; LAGE, 2021). Um desastre é um fenômeno peculiar. No território abrangido pelos cursos da Rede Araucárias, subsiste a complexidade o paradoxo em que, por um lado, se professa uma relação intrínseca em que os humanos se reconhecem natureza e como tal cuidam do ecossistema, enquanto por outro lado se conforma o que podemos denominar de guerra entre o homem e a natureza. A primeira posição entende que evidentemente não podemos como atores humanos ganhar este embate, nem basta conceber a natureza de forma poética, abstrata e apática. Quando nos referimos a um desastre natural ou socioambiental, reconhecemos a natureza em ação ou um ato que cabe na compreensão de legítima defesa. Diante das mudanças climáticas e do reinado do mercado imobiliário nas cidades, a revolta da natureza se torna mais nítida, talvez sua mensagem seja que não aguenta mais ser invadida, mercantilizada, desrespeitada e degradada. Os desafios estão presentes tanto na ordem dos retrocessos na legislação quanto na conformação da indolência e da apatia ante desastres anunciados.

A questão do debate gira em torno de saber se e como essa nova realidade ecopolítica desafia a capacidade de atualização da educação ambiental brasileira para reagir à altura da nova conjuntura da intensificação da luta ambiental democrática contra políticas ecocidas. O horizonte aqui é o de compreender sob quais condições a Educação Ambiental poderá ser afetada e modificada ante o traumático, intenso e multifacetado drama social ecopolítico brasileiro, drama social que comporta simultaneamente o risco da estagnação seguindo conformando um sujeito ecológico conservador e a oportunidade da mudança para a formação de um sujeito irreverentemente ecopolítico (Layrargues, 2020, p. 44).

A devastação ocorrida no Rio Grande do Sul em 2024 constitui um desastre de múltiplas faces: um descrédito às proposições da educação ambiental para uma vida sustentável no cotidiano; um drama humano com centenas de mortes, desaparecidos e orçamentos familiares destroçados, além de desemprego em ascendência; o naufrágio mortal de iniciativas empresariais gerando uma catástrofe fiscal, minando a capacidade de compromissos de empregador. A lama contaminada que invadiu tantas residências e comércios pode ser removida ou varrida, ao contrário da lama humana das *fake news* e daqueles que tentam aproveitar a ocasião para afanar o alheio. Isso ressalta a relevância da dimensão ética na esfera das práticas da educação ambiental.

## 5 INFÂNCIAS E O APRENDER A CONECTAR-SE COM A NATUREZA

A atividade abordou o movimento do brincar, visando o respeito às diferentes infâncias e aos tempos escolares. Para a Rede Araucárias, a integração da criança com o ambiente que a circunda parte de vivências lúdicas com a natureza, envolvendo as artes e processos investigativos. O modo de brincar é também uma maneira de ativar a curiosidade e despertar outras descobertas além das paredes e dos brinquedos industriais.

As escolas infantis frequentemente incluem o encantamento em seus nomes, como socializar o ambiente é tarefa educativa, para que a criança se torne ou se sinta parte da natureza. A afetividade em relação aos demais que ocupam esse espaço favorece a assimilação da cultura e auxiliam a criança a perceber que é parte de uma comunidade. A alegria de aprender a compartilhar pode ocupar um espaço singular na memória afetiva, em consonância de como se organizam os pátios ou em como se passam as horas de socialização coletiva.

As práticas socioambientais na educação infantil possuem o significado de que todas as categorias sociais ou idade encontram-se convocadas a protagonismo (Negrão; Rossi, 2023). Aprender a se conectar de forma inovadora com a natureza remete a uma integração entre pesquisa e práticas legitimadas pelos cuidados, cujo horizonte pode ser percebido pelos docentes como uma pedagogia da indignação. Aprender a se conectar com o universo, buscando na natureza os desafios para aprender com alegria, valorizar descobertas, adquirir

autonomia, para estar junto ao meio ambiente, ajudando a cuidar da água, da vegetação, da terra, separar o lixo, levando para local adequado. Esses desafios e enfrentamentos atuais lançam luz sobre o futuro, ou farão a diferença na vida dessas crianças num futuro não muito distante.

**Quadro 3 - Atividades (live) Infâncias - 2021**

01/07	Educação Ambiental: Infância, livre brincar, desemparedamento e decolinialidade	Lea Tiriba (UNI-Rio)
17/07	Convesras em rede: Infâncias e poéticas	Fernanda Poletto (Pomar de Infâncias Timbaúva-RS) Mogar Miranda C M EA Campo Bom)
05/08	Práticas Regionais Infâncias	Vanessa de Oliveira (SMED Canela-RS) Meridiana David (RME Novo Hamaburgo-RS) Fabiana Ribeiro (RME São Leopoldo-RS)

**Fonte:** dos autores, com base no site da Rede Araucárias <https://sites.google.com/view/redearaucarias/eventos-e-edu%C3%A7%C3%B5es/2021>

No cronograma de ações do Quadro 3, a *Live* temática contou com a participação de Léa Tiriba, pesquisadora das relações entre criança e natureza. A autora defende uma EA a partir do desemparedamento, bem como a existência de diferentes infâncias. Ao mesmo tempo, reforça a noção de que o brincar é algo constitutivo do humano, da interpretação do universo e da construção de amizades para se integrar ao mundo social. Assim, a brincadeira não é a oposição à busca do conhecimento, mas sim a construção da aprendizagem e de descobertas. A educação infantil, mediante uma pedagogia ativa no campo ambiental, é um momento propício para desenvolver o cuidado com os bens ambientais e cultivar o pertencimento dos humanos à natureza com o dizer: somos natureza ou ser entre outros seres.

Em meio à crise ambiental planetária, radicalizamos movimentos de busca de referências conceituais que nos apontem alternativas civilizatórias e indiquem pistas teórico-práticas para o desmonte do modelo escolar eurocêntrico, referenciado no capitalismo colonialista que devasta a Terra (Tiriba; Guimarães, 2023, p. 230)

Aponta-se as relações entre atitudes de proteção ao ambiente e as histórias de vida, articulando o sentimento de se sentir parte da natureza (Quadro 3). Envolvendo os cinco sentidos, as crianças, sob a orientação docente, desenvolvem modos de conceber a existência em conexão com o cosmos, encantando-se com o ar que respira, com a energia do sol, com a água que bebe todos os dias. Essa sensibilização para a leitura da realidade de sua própria constituição é um empreendimento que se traduz em reconhecer o o lugar das crianças na organização social e como participantes dos processos de constituição de sujeitos coletivos que cuidam da natureza para uma vida sustentável.

Em vista disso, a preocupação socioambiental dos jovens se alia com questões sociais como educação, emprego e cultura. Durante a exposição, Tarcísio Silva abordou o que representam as políticas públicas para os segmentos juvenis em pesquisas científicas do ambiente em movimento e a sua sistematização. Azeredo e Pereira (2020) atentam para observar o movimento de um sistema que colapsa contínua e profundamente em seus componentes. Se de um lado existe o encantamento das novas tecnologias que dão acesso às redes sociais, entretenimento e jogos eletrônicos, de outro os apelos aos jovens para que sustentem iniciativas de cuidados individuais e coletivos aos bens ambientais.

A discussão em torno das mudanças climáticas e dos ecossistemas está inserida no contexto das percepções sobre o ambiente. Todavia, núcleos juvenis podem se organizar em ações junto às mídias para fortalecer ou dar voz às questões como: impedir o desmatamento, não derrubar árvores centenárias, as queimadas nos campos e tantas outras intempéries. Entretanto, aparentemente, para alguns observadores, os jovens se portam de modo individualista com o jargão “eu faço a minha parte, eu cuido do meu lugar”. No entanto, a dimensão da adesão subjetiva localiza-se na base do pensar e agir coletivamente, com proposituras de ações planejadas, em consonância com projetos ambientais construídos coletivamente de conscientização socioambiental.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese do percurso formativo o debate versou sobre o passado, presente e futuro dos movimentos de EA no Brasil e na América Latina. Esta inquietude foi suscitada pelo destaque da contextualização de movimentos antidemocráticos e anti-ecológicos. No território em questão, os movimentos ambientalistas estão acompanhando as tratativas de implantação do Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul, com a pretensão de acentuar as relações entre o ecoturismo e a materialização de uma EA comunitária.

A distribuição dos inscritos, através do formulário on-line, mostra que 53 participantes são de outras cidades do Rio Grande do Sul e mais de 40 inscritos são de outros estados. Entre os 165 inscritos dos municípios participantes da Rede Araucárias, mais de 75% são de Novo Hamburgo, Parobé e São Leopoldo, que se destacam pelo nexos histórico com redes de ações socioambientais, bem como foram palco de pesquisas acadêmicas na área da EA e políticas públicas ambientais. Um olhar relativo sobre o engajamento no processo formativo, entre junho e dezembro de 2021 (ver Quadro 2 e 3), revela um índice de 75% de evasão (aproximadamente), em parte compreensível pela mudança de *status* da modalidade de ensino ao longo do ano letivo que exigiu adaptações.

Nas fontes documentais consolidadas na Edição 4 Ano 2021, cujo potencial de transposição contribui para o aprofundamento por meio do Grupo Gestor da Rede Araucárias de currículos setoriais (infância, juventude, comunidades) em processo de ambientalização forjado por meio de uma ação coletiva. Além disso, a participação e engajamento, acompanham os tempos e políticas públicas das (micro) redes municipais participantes, relacionando-se aos processos de (des)continuidade tanto em nível nacional quanto em nível regional e local.

Como resultado da análise das atividades do curso, conclui-se que os municípios participantes estão desenvolvendo seus processos de ambientalização curricular locais. Esses processos podem ser considerados uma invenção coletiva a partir de práticas de pesquisa-formação, exigindo desdobramentos do repertório participativo e conceitual, como pilar fundamental para a garantia da efetivação da EA como política pública na base para uma inovação socioambiental. O construto metodológico de disposições dialógicas, potencialidades de transposição de fronteiras entranhadas e dimensões construtivas fundamenta-se na relevância social do debate, da participação e do encantamento com as possibilidades desafiadoras da EA. Nesse sentido, as atividades conduzidas pela Rede Araucárias são tentativas de encorajar e conduzir a reflexão crítica, sem descuidar do engajamento em práticas pedagógicas potencializadas. A formação humanística desenhada, com a mediação de tecnologias digitais, encontra-se articulada com a perspectiva ética de cuidado de si, como cuidado da natureza, que é igualmente o reconhecimento do outro. A abordagem da pesquisa-formação sustenta a capacidade de construir narrativas de sujeitos como atores sociais, sempre articulando teoria e prática, visão de mundo e interesses, homem-natureza.

Dentre as medidas práticas defendidas ao longo da atividade pedagógica, está a ideia de criar linhas específicas de financiamento para elaboração e desenvolvimento de materiais didáticos e cursos que visem apoiar e garantir a criação de ações climáticas de forma permanente e continuada nas escolas e universidades. Ao lado disso, também estabelecer parcerias com ONGs e instituições privadas para oferecer experiências imersivas e educativas sobre os impactos e soluções para as mudanças climáticas e as intempéries que se abatem sobre o território. Também é importante contextualizar o que são ações de adaptação e mitigação quando se trata de implementar programas de escolas sustentáveis (com readequação de prédios escolares, da gestão, reformulação curricular e formação docente) pela inserção da educação ambiental transversal. Essas medidas buscam aprimorar a visão da intersetorialidade na gestão de sistemas de riscos e de desastres, visando a redução de riscos em todas as políticas públicas e desenvolvendo uma compreensão integrada de todo o ciclo de proteção e de defesa civil.

As predisposições à ambientalização promovidas pela Rede Araucárias por meio da pesquisa-formação têm conduzido a uma proximidade às mudanças culturais afetando os cuidados com os bens ambientais. Em sua singeleza, os cursos têm possibilitado o vislumbre e o encantamento, bem como a criação e a experimentação de dispositivos pedagógicos, sobretudo incidindo na compreensão de entrelaçamentos dos humanos com a biodiversidade. Enfim, a natureza, ou a mãe terra, está enviando mensagens sobre a alteração

na sua capacidade de autoregeneração. Isso é potencialização da capacidade de ouvir essa mensagem, em oposição às necropolíticas pedagógicas que aprisionam e ao negacionismo das mudanças climáticas. A região abrangida pelas atividades da Rede Araucárias também tem sido afetada por desastres socioambientais.

## REFERÊNCIAS

AZEREDO, Luana F. S.; PEREIRA, Tatiana D. Colapso do capital e a pandemia como desastre ambiental. **PerCursos**, v. 21, n. 46, p. 136-161, 2020.

BEHREND, Danielle M.; COUSIN, Cláudia S.; GALIAZZI, Maria C.. Base Nacional Comum Curricular: O que se mostra de referência à educação ambiental?. **Ambiente & Educação**, v. 23/2, p. 74-89, 2018.

BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos. Dimensões das Políticas Públicas de educação Ambiental: a necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p. 2-18, 2018.

CANIL, Katia et al. Vulnerabilities, risks and environmental justice in a Macro Metropolitan scale. **Mercator (Fortaleza)**, v. 20, n. 1, p. 1-15, 2021.

JACOBI, Pedro R. et al.. **Aprendizagem social no saneamento básico: metodologias para o fortalecimento do controle social**. São Paulo: IEE - USP; 2015, 64p.

JACOBI, Pedro R; SOUZA, Daniele T. Environmental governance and social learning: towards more reflexive interactions. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, p. 932-946, 2021.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; TORRES, Ana Beatriz Flor. Por uma educação menos seletiva: reciclando conceitos em Educação Ambiental e resíduos sólidos. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 5, p. 33-53, 2022.

LAYRARGUES, Philippe P. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Número Especial, pp. 44-88, 2020

LONGAREZI, Andrea M.; SILVA, Jorge L. Pesquisa-formação: um olhar para sua constituição conceitual e política. **Revista Contrapontos**, Vol. 13, n. 3 - p. 214-225, 2013

MASSONI, Paolo C. M. Coletivos Estudantis como Vanguarda Ambientalista: uma análise sobre o Recanto na Universidade Fluminense. **Ensino, Saude e Ambiente**, N. Especial, pp. 255-270, 2020.

NEGRÃO, Camila A.; ROSSI, Fernanda. Práticas corporais na educação infantil e protagonismo infantil na perspectiva de pedagogas. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 10, p. 1-20, 2023.

OLIVEIRA, G. F. Educar numa perspectiva complexa e transdisciplinar: reflexões para. **Genas Educacionais**, 1(2), p.132–145, 2018.

SILVA, Felipe A. F.; LAGE, Alene C. Consensos e dissensos de professores/as e gestoras sobre diversidade sexual e LGBTfobia na escola. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 8, p. 1–22, 2021.

SILVA, Ludmilson R.; LAYRARGUES, Philippe P. A construção de um banco de dados geográfico colabativo a partir da participação dos usuários. **Revista Foco**, v. 16, n. 02, p. e1186-e1186, 2023.

SILVA, Tarcísio A. A. Políticas públicas de juventude e meio ambiente: o que a percepção socioambiental dos jovens pode dizer?. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 2, p. 214-222, 2016.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**. v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

SULAIMAN, Samia N.; JACOBI, Pedrp R. (Orgs). **Melhor prevenir: olhares e saberes para a redução de risco de desastre**. São Paulo, IEE-USP, 2018.

TIRIBA, Lea; GUIMARÃES, Mauro. Infâncias, cuidado, liberdade, pertencimento: inspirações indígenas para uma pedagogia nativa. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 40, n. 2, p. 230-249, 2023.

TRAVERSINI, Clarice S. et al. Potências e desafios da relação entre cegueira epistemológica e problematização para a pesquisa com a escola. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 39, p. 196-214, 2018.

---

i Sobre os autores:

**Aloisio Ruscheinsky** (<https://orcid.org/0000-0003-1297-0795>)

Possui graduação em Ciências Sociais e em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1978), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1989) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1996), pós-doutorado na UAB/Espanha. Professor titular jubilado do PPG Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), docente colaborador do PPGAS/UERGS. Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade e ambiente: Atores, conflitos e políticas ambientais. Pesquisa na área de Sociologia, com ênfase em Meio Ambiente, políticas públicas, educação, desigualdades e conflitos socioambientais. Foi editor das revistas Momento -Diálogos em educação(1996-2002) REMEA (2000-2004). Autor de 16 livros ou organizador de coletâneas; de 90 capítulos de livros e número similar de artigos acadêmicos.

**Rosmarie Reinehr** (<https://orcid.org/0000-0001-5535-4429>)

Graduada em Pedagogia /Supervisão Escolar (FEEVALE, 1977), Especialista em Alfabetização (FEEVALE,1994), Mestre em Educação Básica (UNISINOS, 2002), Doutora em Ciências Sociais (UNISINOS, 2017), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em regime de Dedicção Exclusiva, com atuação nos Cursos de Licenciatura em Pedagogia, Bacharelado em Gestão Ambiental e Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade-PPGAS. Coordenadora da Rede ARAUCÁRIAS - Educação Ambiental nos Campos de Cima da Serra e Hortênsias, desenvolvendo estudos e pesquisa nas áreas de gestão escolar, alfabetização, processos educativos docentes e discentes, políticas públicas, sociologia ambiental, cultura e tópicos educacionais nos campos da educação e gestão ambiental. Líder do GP ARAUCÁRIAS: Pesquisa-Formação em Redes de Educação Ambiental

**Daniela Vieira Costa Menezes** (<https://orcid.org/0000-0002-4522-3588>)

Mestre PPGAS/UERGS, Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências - PPGE-Ci/UFRGS. Secretária Municipal de Educação, Novo Hamburgo/RS. Membro do Grupo de Pesquisa Araucárias: Pesquisa-Formação em Redes de Educação para a Sustentabilidade

Como citar:

RUSCHEINSKY, Aloisio; REINEHR, Rosmarie; MENEZES, Daniela Vieira Costa. Rede Araucárias de pesquisa-formação e as disposições potenciais para a transposição de fronteiras. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 14, n. 3, p. 47-58, 31ª Edição, 2024. -<https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>

**Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

**Indexadores:** DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR